

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIV - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 32

Brasília, quarta-feira, 12 de fevereiro de 2025

Sumário

Seção 3

Ata Circunstanciada da 2ª Sessão Ordinária	3
Ata Circunstanciada da 3ª Sessão Ordinária	15



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Primeiro Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Segunda Vice-Presidente: Deputada Paula Belmonte

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa

Quarto Secretário: Deputado Robério Negreiros - **Suplente:** Deputado Jorge Vianna

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Iolando Vice-Presidente: Paula Belmonte Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	Martins Machado Roosevelt Jorge Vianna Pepa Fábio Felix
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Rogério Morro da Cruz Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Dayse Amarílio	Robério Negreiros Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Doutora Jane Vice-Presidente: Dayse Amarílio Paula Belmonte Jaqueline Silva Pastor Daniel de Castro	Joaquim Roriz Neto Fábio Felix Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE SAÚDE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Jaqueline Silva Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Hermeto Joaquim Roriz Neto	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Jorge Vianna Martins Machado Gabriel Magno Pastor Daniel de Castro	Max Maciel Robério Negreiros Roosevelt Chico Vigilante Thiago Manzoni
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA		CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Ricardo Vale Thiago Manzoni Jorge Vianna Pastor Daniel de Castro	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Rogério Morro da Cruz	Presidente: Hermeto Vice-Presidente: João Cardoso Thiago Manzoni Gabriel Magno Fábio Felix	Iolando Pepa Roosevelt Chico Vigilante Max Maciel
COMISSÃO DE SEGURANÇA			
Titulares	Suplentes		
Presidente: João Cardoso Vice-Presidente: Doutora Jane Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni Ricardo Vale Jaqueline Silva		

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante Deputado Pastor Daniel de Castro Deputado Daniel Donizet Deputada Dayse Amarílio Deputado Eduardo Pedrosa Deputado Fabio Felix	Deputado Gabriel Magno Deputado Hermeto Deputado Iolando Almeida Deputada Doutora Jane Deputada Jaqueline Silva Deputado João Cardoso	Deputado Joaquim Roriz Neto Deputado Jorge Vianna Deputado Martins Machado Deputado Max Maciel Deputada Paula Belmonte Deputado Pepa	Deputado Ricardo Vale Deputado Robério Negreiros Deputado Rogério Morro da Cruz Deputado Roosevelt Deputado Thiago Manzoni Deputado Wellington Luiz
--	--	---	--

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto
Ouvidor: Deputado Jorge Vianna
Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio
Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane
Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante
Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando
Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

Seção 3

Ata Circunstanciada da 2ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2025.	
INÍCIO ÀS 15H02MIN	TÉRMINO ÀS 16H26MIN

PRESIDENTE DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o deputado Roosevelt a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

(Assume a presidência o deputado Thiago Manzoni.)

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Convido o deputado Gabriel Magno a secretariar os trabalhos da mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Eu passo à leitura de nota técnica, elaborada pela CCJ, relativa ao Projeto de Lei nº 2.474/2022.

“Durante a elaboração da redação final deste projeto de lei, foi detectado por esta comissão um possível erro na cláusula de vigência. O referido projeto de lei, aprovado pelo Plenário em 10 de dezembro de 2024, dispõe que sua entrada em vigor se dá em 1º de janeiro de 2022, produzindo efeitos até 31 de dezembro de 2026. Dessa forma, tratar-se-ia de vigência retroativa.

Em contato com a assessoria do deputado Iolando, autor do projeto, fomos informados pelo assessor Adriano Sanches São Pedro, matrícula 19.167, que a intenção do projeto de lei era dispor que a vigência da lei se desse a partir de sua publicação.

De acordo com o art. 207, § 1º, do Regimento Interno, esta comissão não tem competência regimental para sanar a questão. Desse modo, encaminhamos a redação final, nos termos do projeto original aprovado em plenário, para a Mesa Diretora, conforme art. 207, § 3º, do Regimento Interno, para as devidas providências.”

Assina a nota técnica a secretária da CCJ, a doutora Renata Fernandes Teixeira.

Estão presentes o deputado Gabriel Magno, o deputado Ricardo Vale, o deputado Max Maciel, o deputado Fábio Félix e a deputada Jaqueline Silva, neste momento.

Há quórum regimental, está aberta a sessão.

Eu peço ao deputado Ricardo Vale que assuma a presidência, para dar prosseguimento à sessão ordinária. (Pausa.)

O deputado Ricardo Vale me pede para eu permanecer na presidência durante alguns minutos.

Dá-se início ao comunicado de líderes.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

O líder do bloco PSOL-PSB foi alterado, não é isso? Passou a ser o deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno, pela Minoria. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Como líder) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, eu estava lendo hoje, num veículo de comunicação, uma informação muito boa para a população da região norte, principalmente Sobradinho e Planaltina: a licitação anunciada pelo DER para o BRT Norte, um processo que já tem o chamamento e as empresas vão apresentar a proposta. Foi anunciado pelo DER e pelo Governo do Distrito Federal no dia 31 do mês passado.

É uma obra extremamente necessária para melhorar a mobilidade daquela região da saída norte, onde eu moro. Eu conheço muito bem os problemas que a população enfrenta naquela região, principalmente depois de Sobradinho, onde o trânsito fica muito ruim, onde a população de Planaltina sofre muito com o transporte urbano deficitário.

Eu fico feliz, porque esse foi um compromisso do governo Lula, foi uma das primeiras obras que o presidente Lula anunciou no projeto do PAC para o Distrito Federal. Nós, da bancada do PT, juntamente com a deputada federal Erica Kokay, estivemos conversando com o coordenador do PAC, e eles nos ouviram. Então, queremos comemorar e agradecer ao governo federal por ter, através do BNDES, disponibilizado – se eu não me engano – 1 bilhão e meio de reais para essa obra do BRT Norte, que será executada pelo DER. Isso mostra que o governo Lula tem compromisso com o Distrito Federal. E não é somente o BRT Norte, também há a previsão da expansão do metrô de Samambaia à Ceilândia, além da duplicação de algumas vias, se eu não me engano, a BR-060.

Isso tudo prova que o governo Lula tem compromisso com o povo do Distrito Federal, diferentemente do que escutamos de alguns secretários, de alguns deputados desta casa, do próprio governador, falando que o presidente não tem compromisso com o Distrito Federal. Está aí mais uma obra importantíssima para o povo, para a população da região norte, principalmente, que será beneficiada. Pelo que o DER falou, as obras da estação norte, que será a primeira a ser construída, devem ser iniciadas agora, até junho deste ano, e depois serão feitas as estações até Planaltina.

Está de parabéns o governo Lula, está de parabéns o Governo do Distrito Federal. Assim que tem de ser: a harmonia entre os poderes e entre os governos. Não podemos ficar brigando: “Ah, o governo não apoia, o presidente não apoia o Distrito Federal...” Temos que ter harmonia entre nós. Temos diferenças políticas, ideológicas, mas, quando a obra é boa para o conjunto da sociedade, temos que vir aqui e parabenizar, tanto o governo federal – o presidente Lula, com o PAC, por meio do BNDES –, quanto o Governo do Distrito Federal – por meio do DER –, que vai iniciar essas obras agora do BRT Norte.

Parabéns à população de Planaltina.

Lembro-me de que no nosso mandato, logo no início de 2023, fizemos um abaixo-assinado para que esse BRT Norte pudesse ir para aquela região. Fizemos também um abaixo-assinado pedindo a duplicação da BR-020, já começou a obra.

Todos estão de parabéns. O povo de Planaltina, o povo de Sobradinho e daquela região dos condomínios merecem essa obra tão importante que é o BRT Norte.

Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Antes de passar definitivamente a presidência para vossa excelência, informo aos parlamentares que agora a inscrição para fazer o uso da palavra no comunicado de parlamentares – e não no comunicado de líderes – é feita de maneira eletrônica pelo mesmo dispositivo no qual nós marcamos a nossa presença.

Registro a presença do deputado Pastor Daniel de Castro.

Passo a presidência ao deputado Ricardo Vale.

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL-PSB. Como líder.) – Boa tarde presidente, boa tarde deputados e deputadas, boa tarde aos que nos acompanham pela TV Câmara Distrital.

Eu quis subir à tribuna desta casa hoje para falar de um tema que creio ter uma grande repercussão na cidade e, às vezes, a população não tem a compreensão da profundidade desse tema e do impacto que ele tem na nossa vida e no nosso cotidiano. Eu vi muitas pessoas, especialmente o governador, falando esses dias que ele teria que ser aprovado rapidamente e que os deputados deveriam participar da fase preliminar, deputado Max Maciel, de elaboração do PDOT.

Vamos falar a verdade: hoje não temos uma minuta sobre o PDOT!

O PDOT vai ser estratégico para todas as definições territoriais no DF. Nós não temos uma minuta, nós não sabemos do que tratam de fato as alterações que o governo fará. Esta casa só pode estabelecer um calendário de debate sobre o PDOT no dia que ele for protocolado. Não dá para achar que vão acelerar a discussão do PDOT. "Ah, os deputados, simbolicamente, estão participando da fase preliminar de consulta à sociedade civil." Não! Não existe fase preliminar. O Legislativo só toma conhecimento oficial do PDOT no dia em que o governador protocolar aqui o projeto de lei com todos os anexos. Aí nós vamos estabelecer um calendário real para que o debate do plano seja feito nesta casa.

Para quem assiste a nós, o PDOT abordará tudo. Ele tratará da regularização, da lógica de regularização fundiária, indicará futuros parcelamentos, tratará da definição de áreas em todas as regiões administrativas, abordará a questão da mobilidade urbana e a questão ambiental. Esta cidade tem sofrido consequências dramáticas em relação à questão ambiental e aos extremos climáticos, crises essas, como já mencionei, que já estão agendadas.

A Câmara Legislativa não pode ser um cartório que receberá o PDOT, vai protocolá-lo aqui e vai aprová-lo em poucos meses, em poucos dias, sem realizar a devida discussão. É importante que isso fique registrado. O governo não pode querer atropelar o Poder Legislativo, pois atropelar o Poder Legislativo não significa atropelar o PSOL ou a oposição, mas, sim, o processo de elaboração de um documento tão importante para a sociedade e para a cidade, que mudará a vida das pessoas.

Na última vez em que o governo tentou atropelar um debate como esse, que foi o do PPCUB, que tratava do Conjunto Urbanístico de Brasília, o governo foi derrotado e precisou vetar uma série de coisas que esta casa aprovou.

Não dá para atropelar isso. Não podemos aceitar essa pressão do governo para a aprovação rápida. E haverá aquele discurso: "Mas o projeto é discutido há 10 anos". Discutido com quem?

Há uma manifestação do Ministério Público que menciona falta de transparência no processo de participação popular, ausência de participação popular efetiva, exclusão de órgãos e entidades importantes das discussões, metodologia e calendários inadequados. É o Ministério Público do DF que afirma que o processo de participação e consulta popular tem sido protocolar e não pactuado da forma como deveria ser. Portanto, é necessário que haja um processo correto e sério de participação, pois as pessoas serão impactadas, no seu território, pelo que será definido. Essas questões apontadas pela manifestação do Ministério Público colocam em risco o próprio PDOT aprovado, pois pode haver vícios de legalidade, de constitucionalidade e problemas de eficácia na efetivação posterior desse projeto, na prática. Essa é a preocupação que temos.

Queremos que alguns temas, muitas vezes não abordados, sejam pautados. Queremos que a discussão sobre habitação popular seja feita. Há um déficit habitacional de mais de 100 mil moradias no DF. É um déficit habitacional, as pessoas não têm onde morar. Há aumento da população em situação de rua, uma assistência social que não realiza o fluxo da forma como deveria. Portanto, queremos que o debate sobre habitação popular seja feito.

A regularização das áreas de interesse social também é muito importante. Há as Aris. Deputado Pastor Daniel de Castro, muito rapidamente se regularizam os setores da classe média alta, mas para as áreas de interesse social há todo um debate que não anda. A população mais pobre vive nas condições mais precárias, sem infraestrutura urbana.

Portanto, é muito importante trazer o debate para o PDOT. Não pode ser mais um PDOT para os ricos, para o andar de cima desta cidade; deve ser um PDOT que democratize o acesso à cidade e à infraestrutura urbana, que garanta um crescimento urbano, como terceiro ponto, sustentável nesta cidade. Sustentável, obviamente, significa conseguirmos falar de meio ambiente. Temos um modelo de cidade, hoje, que se tornará insustentável. São 2 milhões de carros, concreto por todos os lados, não se respeitam as áreas de proteção ambiental. É preciso que falemos desses temas e façamos uma discussão técnica com a participação da comunidade científica, da sociedade, do território, sempre pensando em infraestrutura urbana e aparelhos públicos. Os serviços públicos precisam estar presentes em todos os territórios. Esses debates precisam ser feitos em relação ao PDOT.

Muitas pessoas não têm noção da importância desse plano. As consequências virão depois. Muitos também não tinham noção da discussão do PPCUB, até porque, deputado Max Maciel, esses debates afastam as pessoas. Os nomes PDOT e PPCUB são desconhecidos para a população, ninguém sabe do que se trata, e isso impede a participação popular. Quem virá para cá debater PDOT, PPCUB? Ninguém virá debater isso. As pessoas querem discutir temas conectados com a sua realidade, como o horário do ônibus, o funcionamento do serviço de saúde, se haverá ou não habitação popular, se haverá UBS perto de casa. As pessoas querem debater isso. E o PDOT é justamente isto: é a cidade funcionando. A dúvida sobre o PDOT é se a cidade funciona para as pessoas ou não, se funciona para a maioria da população ou não. Esse é o PDOT.

Portanto, esta é a grande discussão desta legislatura. Talvez, ao longo desses 6 anos de presença no Poder Legislativo, eu não tenha discutido um projeto tão importante quanto esse que discutiremos neste ano. Talvez seja o ano das nossas vidas aqui como parlamentares. Então, é uma dedicação fundamental para nós, uma discussão séria, consistente e que ela possa democratizar a cidade, sem atropelos no Poder Legislativo.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (Minoria. Como líder.) – Boa tarde, presidente, todos e todas que nos acompanham nesta segunda sessão ordinária de 2025.

Antes de iniciar meu pronunciamento, presidente deputado Ricardo Vale, eu gostaria de dialogar com o deputado Fábio Félix. É muito importante este debate sobre o PDOT. Já falamos ontem, no primeiro discurso, sobre o papel que cumprimos, mais uma vez, neste ano.

O PDOT pode ser resumido como o instrumento de disputa sobre quem ficará com o quê na cidade, deputado Max Maciel. É disto que se trata o PDOT: quem ficará com cada parte da cidade. Haverá vários interesses, como interesses daqueles que querem fazer mais negócios na cidade, que querem ainda mais terrenos para lucrar. Esse é o papel que cumprimos aqui no debate em defesa dos interesses e direitos da população.

Queremos uma cidade que amplie o atendimento da atenção básica e primária na saúde, que tenha mais creches públicas, mais escolas públicas, uma cidade que não priorize os carros, mas, sim, a mobilidade urbana de massa, com outros modais, para desafogar o caos. A cidade parou, travou. Não queremos um Distrito Federal, uma capital que avance na expansão urbana sem respeitar o diálogo com o meio ambiente, a preservação ambiental, a crise climática, com a qual sofremos muito nos últimos anos. No ano passado, sofremos com enchentes, chuvas e seca. Qual cidade nós vamos pensar para preservar inclusive aqueles que estão mais vulneráveis?

O PDOT, presidente, vai discutir se o Distrito Federal deve investir mais recursos para a consolidação de mais condomínios de luxo ou para moradia popular; casa para quem vai fazer negócio e especulação ou casa para quem não tem. Esse é o debate central. Não dá para o governador ou o governo achar que a Câmara Legislativa vai respaldar o projeto que chegar aqui sem respeitar o amplo debate com a sociedade e a vontade dela.

Presidente, eu quero aqui hoje, mais uma vez, tratar do caos que estamos vivendo na saúde pública do Distrito Federal e da agenda de venda e privatização do governo Ibaneis. Na segunda-feira, o governo fez uma audiência pública virtual para discutir o projeto de privatização e de venda da rede de laboratórios e exames da Secretaria de Saúde. Nas palavras do assessor da Secretaria de Saúde: "As licitações sobrecarregam a Secretaria de Saúde!" Então vamos entregar logo para o setor privado!

É importante lembrar a quem está nos escutando, sofrendo muitas vezes com a ausência de um profissional para realização de um exame, a tragédia que é terceirizar a rede de exames e de laboratórios, deputado Max Maciel. Vivemos isso no ano passado, no Rio de Janeiro. Laboratórios foram terceirizados, a rede de exames diagnósticos foi terceirizada no Rio de Janeiro. O que aconteceu? Em nome do lucro e da falta de cuidado total com a saúde das pessoas, quem fazia exame foi contaminado pelo vírus HIV, porque o cuidado com as amostras foi negligenciado. Foi um crime! E é isso que o governador acha que vale a pena importar, que vale a pena copiar. É esse modelo que ele quer trazer para o Distrito Federal.

Diga-se de passagem: quer fazer isso depois de investir – acertadamente – recursos públicos para a modernização do parque tecnológico da rede laboratorial. Agora vai entregar tudo para o setor privado, vai entregar de graça, de bandeja, para uma empresa administrar. Ou seja, o Estado reforma,

coloca dinheiro no parque tecnológico e depois uma empresa o administra. É uma máquina de ganhar dinheiro muito fácil e a população sempre fica em segundo plano. É um absurdo, é um crime o que o governo quer fazer ao tentar privatizar a rede de laboratórios. Precisa haver mais profissionais, técnicos, farmacêuticos, mais profissionais na ponta. É importante melhorar a rede de coleta, é disso que precisa para dar conta do atendimento.

Hoje tivemos mais uma notícia do centro de corrupção e desvio chamado Iges. O Iges exonerou a gestora da UPA do Gama, que foi acusada de pressionar médicos para dar alta aos pacientes. Essa é a situação da saúde pública, do Iges e da terceirização. Para apresentar aqui nesta casa os dados de que está girando leito, de que está batendo a meta de atendimento, é assim que funciona a gestão das UPAs: pressiona os profissionais lá na ponta para dar alta para paciente que ainda não tem condição.

Virou um caos completo a saúde do Distrito Federal.

Por fim, estamos juntando os últimos documentos para encaminhar ao Ministério Público mais uma denúncia grave no Hospital de Base, em relação às empresas que fornecem alimentação hospitalar. Denunciamos por 2 anos a Salutar, devido ao caos na cozinha, à comida estragada, aos contratos aditivados e superfaturados. O contrato com a Salutar foi rompido. O que o governo fez? Em vez de cumprir a licitação e chamar a segunda colocada, chamou a oitava colocada. Precisamos de uma explicação sobre o motivo de a oitava colocada do processo licitatório ter sido chamada. Aliás, já há denúncias no Hospital de Base sobre comida contaminada, ausência de proteína e má qualidade do serviço de atendimento.

A saúde do DF virou um caos, é impressionante! Virou balcão de negócios. Há gente ganhando muito dinheiro enquanto a população infelizmente sofre, morre e aguenta filas intermináveis – muitas vezes sem atendimento, devido ao caos em que o governador Ibaneis transformou a saúde pública do Distrito Federal.

Então, presidente, nesta semana encaminharemos ao Ministério Público mais uma denúncia sobre a empresa de alimentação do Iges no Hospital de Base.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Concedo a palavra ao deputado Thiago Manzoni. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Presidente, muito obrigado. Quero cumprimentar cada um dos senhores e das senhoras deputadas, os servidores desta casa e aqueles que nos acompanham pelas redes sociais e pela TV Câmara Distrital.

Primeiramente, gostaria de agradecer a amizade de cada um dos senhores e justificar minha ausência ontem. Ontem, o Brasil e grande parte do mundo – pois nosso ministério está presente em mais de 120 países – perderam a nossa querida bispa Keila Ferreira, esposa do presidente-executivo da nossa convenção, bispo doutor Samuel Ferreira. Fomos ao velório na segunda e ao sepultamento ontem. Foi muito consolador, porque o Brasil parou para se solidarizar neste momento de perda, dor e muita tristeza.

A bispa Keila era uma pessoa extremamente amável e respeitada no mundo todo. Ela dirigia a nossa conferência beneficente das mulheres no mundo inteiro, com grandes reuniões. A última foi em Goiânia, com mais de 15 mil mulheres, deputado Thiago Manzoni. Só em Goiânia, no ano passado, ela reuniu mais de 15 mil mulheres! Era uma pessoa muito amada, uma mãe dedicada, uma esposa muito dedicada. O bispo Samuel testemunhou muito isso. Ele disse: “Estou sepultando 80% de mim”. Aí você entende a magnitude que ela tinha como mulher e esposa.

Fica registrada nossa gratidão ao Brasil, a Brasília e à nossa igreja de Brasília, que em peso estava lá, por se solidarizarem nesse momento de dor e perda para todos nós da Assembleia de Deus, do Ministério de Madureira.

Na verdade, no púlpito da igreja do Brás, estavam presentes todas as denominações, algo extraordinário. Todas as placas denominacionais estavam unidas.

Então, em nome da nossa conversão, do nosso bispo primaz Manoel Ferreira, da bispa Irene e de todo o bispado da nossa igreja, em nome da liderança da nossa conversão, quero agradecer a Brasília, ao Brasil, ao mundo, por tanta solidariedade. Muito obrigado. Que Deus recompense cada um.

Presidente, outra questão é que eu precisava trazer um alerta para esta casa. Chamo a atenção dos nossos queridos deputados e deputadas presentes e de vossa excelência para o vídeo que eu

gostaria que fosse apresentado.

Por favor, podem exibir o vídeo se ele já estiver pronto. Eu gostaria que os deputados ouvissem este áudio.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Presidente, deputados e deputadas, estou, neste momento, em oração espiritual com Deus, medindo todas as minhas palavras naquilo que precisamos falar como deputado, pela responsabilidade que temos.

Começo exaltando a pessoa do nosso governador Ibaneis, da nossa vice-governadora Celina Leão e do nosso secretário de governo, doutor José Humberto.

Desde segunda-feira, em pleno velório, estou atendendo as pessoas no que se refere às derrubadas na 26 de setembro.

O governador tem parcerias conosco, o que é normal. Estamos na ponta, estamos na cidade. Somos da região. É natural que ajudemos a cuidar da cidade. Sofremos juntos e estamos juntos na bonança também.

Se vocês viram as imagens, devem ter observado que, ao lado da casa, há um prédio que já estava chegando à quarta laje, deputado Max Maciel, deputado Fábio Félix e presidente. Ele foi denunciado quando estava ainda na primeira laje; hoje, está na quarta. O Estado foi omissivo, mas precisa derrubar. Está correto, só que o DF Legal vai lá e, além de derrubar o prédio, derruba casas e algumas delas habitadas, por mais que falem que não estavam, mas eu estou lá, estou na ponta, lá há um gerente do Estado, elas estavam habitadas. Foi necessário retirar as pessoas.

Eu sei que é muito difícil uma fala dessa, porque, muitas vezes, querem nos vincular ao desmando na ponta. Eu gostaria de ver essa força de derrubada do DF Legal também na prisão, porque, deputados – eu chamo a atenção mesmo de vossas excelências –, deixa-se o grileiro, o parcelador irregular, vender áreas irregulares, e a população, na ânsia de morar, compra sua casa, constrói. Eles deixam a população construir, depois que ela constrói, vão lá e derrubam as construções. Derruba-se um sonho, faz-se um pai de família chorar e uma família sofrer.

Quando eu falo que é muito difícil, é porque vão querer dizer que estamos apoiando a ilegalidade. Não é isso. Eu sou advogado, gente, mas eu sou também pastor. Eu sei onde eu ponho minha mão, onde ponho meus pés. Na minha vida, tudo que eu tenho está registrado no meu patrimônio público, não sou bandido. Bandido tem ficha criminal, tem histórico. Eu nunca respondi em polícia. Eu tenho uma vida honrada, porque a minha vida não é para honrar política nem homens, é para honrar a Deus. Eu me porto no mundo político igualzinho como na minha igreja: honrando a Deus, à minha família, à minha esposa e às minhas filhas, porque eu preciso ser exemplo para todas elas. É isso que me faz ser pautado como um homem de bem, porque eu honro a Deus e eu sei os preceitos que Deus estabeleceu para eu seguir.

A política não vai me levar para nada de errado, mas ela não pode me afastar de fazer defesa do cidadão. Sou deputado, muitos deles votaram em mim porque acreditavam que eu os representaria nesta casa. O Estado, na derrubada, tem que ter mais humanidade, porque isso, inclusive, fere a dignidade da pessoa.

Eu peço a atenção de vossas excelências, deputado Fábio Félix, deputado Gabriel Magno e deputado Max Maciel, eu protocolei um projeto de lei nesta casa para que toda a derrubada seja precedida de notificação, para que o cidadão possa, inclusive, ter um advogado para defendê-lo e assim exercer a ampla defesa, o contraditório. Que esse advogado possa acessar a justiça com os documentos, se houver ou não. Se houver, presidente, algum documento, um juiz vai dizer se há ou não direito ali; se não houver direito, o Estado, quando for lá derrubar, vai derrubar com toda a legalidade e a força da justiça. Se a justiça falar que ele tem direito e lhe der um instrumento, como uma liminar, que impeça a derrubada, impede-se o sofrimento, por quê? A 26 está em franco desenvolvimento para sua regularização.

Graças a Deus... Por isso que eu estou falando que o governador foi muito ágil, pois, neste momento, está havendo uma reunião de Estado no Palácio do Buriti, com todos os órgãos envolvidos: Dema, vice-governadora, doutor José Humberto, Casa Civil, Secretaria de Governo, Terracap, Novacap, Ibram, porque, se essa cidade está apontada para regularização, precisa-se coibir o crescimento. O pessoal tem que ter esse entendimento.

Eu fico tranquilo ao falar, porque tenho vídeos nas minhas redes sociais. Eu sempre falei: "Gente, tenham paciência, não construam, vamos esperar a regularização." No entanto, o Estado não

pode chegar lá e destruir sonhos sem dialogar com as pessoas ou notificá-las.

Hoje houve uma manifestação que parou o Assentamento 26 de Setembro. As máquinas do Estado foram proibidas de rodar dentro da cidade, por conta do estresse e da confusão de derrubar as casas e de trazer dor e sofrimento.

Presidente, eu entendo que esta casa tem muita responsabilidade e que não pode se furtar dessa pauta. Está chegando a esta casa o PDOT. Precisamos nos desdobrar. Não podemos deixar mais essas pessoas sofrerem. Houve aquele cidadão consciente que falou: "Eu sei que estou num lugar irregular". Mas, muitas vezes, as pessoas compram pelo sonho da moradia. As pessoas querem morar. O direito à moradia é constitucional. É dever do Estado dar moradia ao cidadão. Ele precisa dar moradia, inclusive com a infraestrutura. Estão derrubando as casas, e nós estamos colocando a Neoenergia no Assentamento 26 de Setembro. Coloquei emenda para isso. O Estado está dentro do assentamento, fazendo as coisas.

Eu acho que precisa ser rediscutido o modelo de derrubada no Distrito Federal. Nós não podemos deixar que ele continue. Presidente, eu falo sempre, com muito respeito pela minha função de deputado de base do governo, que o Estado não pode ser reativo. Ele está trabalhando de forma reativa. Ele tem que ser proativo, estar na frente, estar na ponta e colocar estrutura!

Isso está me fazendo sofrer. São 2 dias sem dormir direito. Não posso ir lá. Se vossas excelências entrarem nas minhas redes sociais, verão o que as pessoas estão falando de mim. São palavrões do mais baixo calão, porque as pessoas estão revoltadas. Preciso, inclusive, entender o cidadão que está desesperado. Eu não tenho culpa nenhuma, mas jogam a culpa em mim porque sou parceiro do governo, do Estado. E estamos lá para resolver isso.

As pessoas têm sonho, querem morar e vão para esses lugares. Não vão só para o Assentamento 26 de Setembro, mas para todos os cantos do Distrito Federal. O Estado tem que ter estrutura para não deixar o cidadão chegar lá. Se o lugar é do Estado e não pode haver fracionamento, ele precisa estar lá. O Estado não pode deixar uma família construir uma casa e ocupá-la para, depois, chegar lá e derrubá-la! Isso não é justo! Isso é ferir o princípio da dignidade da pessoa humana. Isso vai contra o ordenamento jurídico e os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Nós não podemos concordar com isso.

Não estou patrocinando a irregularidade. Quero saber qual é a força do Estado para prender o grileiro e o parcelador. Os que vendem terrenos põem o dinheiro no bolso, vão embora, ficam ricos e deixam as famílias sofrendo, ao léu da força de derrubada do Estado. Ficam as crianças dentro das casas e os móveis puxados para fora.

Acho que esta casa tem de ter responsabilidade. Presidente, eu gostaria de pedir que vossa excelência fale com o presidente deputado Wellington Luiz, para que, na próxima reunião do Colégio de Líderes, eu possa trazer algumas lideranças do Assentamento 26 de Setembro para serem ouvidas. Que nós possamos ouvi-las e achar uma solução!

Creio que esse projeto de lei é muito importante e precisa ser aprovado. Diz-se o direito por meio da justiça.

(Manifestações fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (Bloco A Força da Família. Como líder.) – Vicente Pires, Ponte Alta... há muita banditagem. Mas a função da polícia é prender bandido. O cidadão de bem não pode pagar esse preço.

Presidente, obrigado por vossa excelência permitir que eu me alongasse um pouquinho e trouxesse esse alerta.

Quero, sinceramente, agradecer ao governador, que agiu com prontidão. Neste momento, o Palácio do Buriti está parado, em uma grande reunião, a fim de achar uma solução para essa questão. Gente não pode sofrer! O Estado existe em função das pessoas. Se não houvesse pessoas, não haveria razão para o Estado existir. Se o Estado existe, é por conta das pessoas. São essas pessoas que sustentam todos os políticos, porque nós somos pagos com os impostos que elas pagam.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado Pastor Daniel de Castro.

Quero me solidarizar com aquela família. Eu fiquei muito sensibilizado com aquele vídeo. Infelizmente, essas coisas têm sido recorrentes no Distrito Federal. Como vossa excelência falou, o Estado é negligente. Ele deixa as pessoas serem enganadas pelos grileiros. As pessoas compram lotes

e o Estado não faz nada. Depois, elas começam a construir, às vezes até terminam a construção, e, aí, o Estado age gerando um prejuízo enorme para essas famílias.

Parabéns pelo seu pronunciamento!

Vou comunicar ao presidente deputado Wellington Luiz que vossa excelência pretende trazer alguns moradores que estão nessa situação para participarem da reunião do Colégio de Líderes.

Parabéns, mais uma vez, pelo seu pronunciamento!

Fica aqui a minha solidariedade a essa família e às famílias do Distrito Federal que passam por isso.

Eu moro no Condomínio RK. Há aproximadamente 1 mês, o juiz Maroja soltou uma decisão que o Condomínio RK deveria ser todo demolido, derrubado. Isso é um absurdo. Quase 2.300 famílias moram ali. Eu moro lá há 15 anos. A maioria das pessoas que moram no RK são professores e servidores de várias categorias aposentados. São pessoas que só têm aquele patrimônio.

A Terracap diz que aquela terra foi grilada. E foi mesmo. Inclusive, falsificaram a documentação. E agora um juiz diz que um condomínio como aquele, já todo estruturado, com muitas benfeitorias feitas pelos próprios moradores, como drenagens e esgoto, tem que ser demolido! É lógico que a Terracap não vai demolir, o governo não vai demolir. Mas isso traz um clima de muita agonia e sofrimento para a população daquela comunidade. Muitos, eu conheço, são pais e mães de família, aposentados, senhoras que só têm aquilo que ficam nessa angústia. Eu tenho procurado tranquilizar todos eles. O deputado João Cardoso também tem atuado muito nesse caso. Eu garanto que o Condomínio RK não será demolido.

Portanto, se o Estado foi negligente, agora ele vai corrigir isso. A Terracap certamente apresentará um preço, nós teremos de pagar esse valor, mas as pessoas continuarão morando ali.

Vossa excelência tem razão. O Estado tem que ser eficiente, para não deixar que as pessoas sejam enganadas e não deixar chegar ao ponto em que chegou a construção daquela casa em que o rapaz já estava morando. Vamos fazer a nossa parte como deputados. Esta casa tem responsabilidade com o povo do Distrito Federal, com a moradia do povo do Distrito Federal, e estaremos juntos nessa luta.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP) – Presidente, obrigado pela solidariedade de vossa excelência, que, tal como eu, é morador de condomínio. Nós compramos a nossa casa e agora vamos comprá-la da Terracap outra vez.

Eu preciso deixar claro que o governador sempre pediu e mandou uma mensagem para os moradores da cidade: "Não construam! Não construam!" Ele deu a garantia da regularização e tem sido muito justo nisso. Naturalmente, ela não é rápida, é mais lenta, e o morador não quer esperar. Mas está feito o estudo urbanístico da cidade e, daqui a pouco, ele vai declarar o que vai fazer de investimento em infraestrutura dentro da 26 de Setembro. Isso está muito adiantado, só não vai acontecer no passo rápido que a população quer. Muitas vezes há essa ansiedade da máxima construção. Então, é importante a população ter consciência e esperar, porque haverá regularização e virão grandes investimentos para a 26 de Setembro. Essa é a garantia que o governador deu para aquela cidade.

É preciso que a população não vá no canto de pessoas que posam, neste momento, como salvadores da pátria. Algumas delas, inclusive, foram vendedoras de lote lá na 26 de Setembro e colocaram a população nesse sofrimento. O Estado precisa ir atrás dessas pessoas, porque, agora, elas aparecem como salvadoras da pátria. Elas fazem o que fazem, depois vão para lá, queimam pneu, querem ser líderes da cidade e salvadores da pátria. Não! A cidade tem ordem, tem lei, tem um governador que é um jurista estritamente legalista, que deu a palavra de que vai regularizar a 26 de Setembro. Eu tenho certeza de que daqui a alguns dias ele anunciará sobre a regularização e os investimentos naquela localidade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Concedo a palavra.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL) – Presidente, antes do pronunciamento do deputado Max Maciel, quero, primeiro, colaborar com o deputado Pastor Daniel de Castro nesta discussão.

Do ponto de vista da defesa dos direitos humanos, uma série de arbitrariedades têm sido feitas pelas instituições do DF, e não é só na 26 de Setembro, deputado Pastor Daniel de Castro, infelizmente. Não há notificação, não há transparência, há truculência e autoritarismo em vários territórios do Distrito Federal.

Nós acompanhamos a desocupação de uma área que estava ocupada há 20 anos, no Setor Noroeste, por catadores de materiais recicláveis e, depois, na área do CCBB, também ocupada por catadores. Vemos muitas ocupações de pessoas muito pobres nesta cidade, e há o trator ligado do Ibaneis, que não notifica, não cumpre a regulamentação nem a legislação aprovada nesta casa.

Portanto, do ponto de vista dos direitos humanos, temos que tomar atitudes como Poder Legislativo. Por isso, sugiro ao Governo do Distrito Federal que suspenda as derrubadas na 26 de Setembro e respeite a dignidade e o direito dos moradores do local. Esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que sugiro é a investigação rigorosa da grilagem de terra, seja de agente da política, de empreiteiro, de quem for. Temos que investigar isso, porque há grileiros ali atuando. Obviamente, há pessoas vendendo áreas que não podem ser vendidas e aliciando famílias inocentes. Quem estiver fazendo isso tem que pagar caro, porque está destruindo o meio ambiente, a cidade, está enganando as pessoas, está destruindo vidas e famílias, assim como sonhos, porque as pessoas gastam dinheiro para comprar um lote ali e são enganadas.

Tem que haver investigação. A Polícia Civil do DF tem inteligência suficiente para fazer um trabalho sério. O DF Legal tem condição de montar um posto avançado ali para orientar as pessoas e, do ponto de vista administrativo, atuar também de forma preventiva, para não termos que ouvir os desesperos depois.

Do ponto de vista dos direitos humanos – que é um lugar que tenho de fala, pois estou há 7 anos à frente da CDDHCLP da Câmara Legislativa –, temos que suspender a derrubada de moradias onde há pessoas morando e abrir um diálogo com a comunidade.

Obviamente, do ponto de vista persecutório, penal, também não dá para deixar do jeito como está, porque parece que é o próprio poder público que está autorizando a destruição ambiental e, depois, derrubando as moradias, como vossa excelência falou. É preciso proteger as pessoas inocentes que estão ali e ir atrás da bandidagem que, obviamente, está fazendo a venda, a grilagem e ganhando dinheiro com isso. Deputado Ricardo Vale, nós que atuamos na cidade sabemos que há pessoas em todos os territórios fazendo isso, infelizmente, e que precisam responder por essas práticas. Não dá para deixar a coisa correr solta como está, mas, ao mesmo tempo, o governo precisa ter uma política séria de moradia, uma política habitacional para reparar as dificuldades e desigualdades que vivemos nesta cidade.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Obrigado, deputado. Parabéns por sua fala.

Dá-se início ao comunicado de parlamentares.

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Para comunicado.) – Presidente desta sessão e vice-presidente desta casa, deputado Ricardo Vale, quero saudar todos que nos acompanham no plenário da Câmara Legislativa e pela TV Câmara Distrital.

Talvez eu precise de um tempo maior, deputado Ricardo Vale. Por isso, peço que, sempre que tocar a campainha, me conceda os minutos necessários.

Vim me pronunciar aproveitando um momento em que, no Brasil todo e até nesta casa, estão sendo apresentados projetos que buscam, inicialmente, parecer arautos da moralidade e buscam fazer com que a população tenha acesso a algum tipo de informação ou cultura com base no que eles julgam ser ou não ser relevante.

São projetos de lei que trazem nomes de artistas e que criminalizam a cultura periférica, porque o debate sobre violência de gênero, de raça, crime organizado, uso e abuso de drogas não está restrito ao *funk* e ao *rap*. Vamos pedir as traduções das músicas americanas que tocam na nossa rádio e ver o que estamos ouvindo em outra língua? Vamos, no final de semana, ouvir o que estamos escutando nas casas, nos churrascos, nas festas de família?

Eu não farei discurso moralista com o movimento do setor cultural, porque escuta certo ritmo

de música aquele que quer e que gosta do ritmo. Não é papel desta casa cercar, sobretudo daqueles que defendem a liberdade de expressão, apresentando propostas, deputado Fábio Félix, que querem regular e definir o que é música, o que é qualidade ou não. Nós sabemos o que isso representa: sempre uma linha higienista, racialmente definida, com preconceitos históricos.

O *rap* ensina. Prova disso está na música dos anos 1990 do poeta Gog. Por que eu digo isso? Porque, se as pessoas estão preocupadas com o que está nas letras das músicas, imaginem viver o que essas músicas trazem. Elas não suportariam viver isso. Se vocês querem mudar o que está nas letras, mudem a vida dessas pessoas para que, talvez, elas possam cantar outras canções. Esse é o papel desta casa, assim como de várias casas legislativas.

O *rap* diz:

“Sete horas em ponto, tá no horário do encontro
Ligo o rádio e pronto, as notícias não são nada boas
Ponto final na vida de várias pessoas
E o que seria um fim de semana, foi um banho de sangue
O rabecão não parou um instante
A cada depoimento um arrepio, um pai confirma ao vivo
É mesmo do seu filho um corpo quase irreconhecível
Vítima de uma sessão de tiros
Só quem perde sabe!
E eu concluo, mano: periferia segue sangrando!
Hemorragia interna, irmão matando irmão
Favela contra favela, não acredita? Confira!
Rap nacional, realidade dura!”
Escuta-se o barulho de uma arma: “Infelizmente o som das ruas.”
O refrão a música traz, deputado Ricardo Vale:
“Mano, periferia segue sangrando
Mãe chorando, irmão se matando!
Mano, periferia segue sangrando,
E eu pergunto até quando?”

Quando apresentam projetos de lei para tentar dizer que essa música favorece, incentiva a violência ou está aliada a um determinado crime organizado, é uma mentira! Porque o que fazem em nossos territórios é a não garantia de direito, deputado Gabriel Magno!

Faltam creches para as mães deixarem seus filhos, faltam pontos de cultura. O Plano Piloto tem 90 salas de cinema. Sabe quantas salas de cinema há em Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Recanto das Emas, Riacho Fundo II? Zero sala de cinema! Se somarmos a população dá quase um terço. Também não há teatro. O Plano Piloto tem 12 tipos de parques. Sabe quantos parques há nessas cidades? Há pouquíssimos!

Então, nós deveríamos estar aqui apresentando leis de como mudarmos essa realidade, porque o verso seguinte diz:

“O rádio já tá desligado
É dia ensolarado no riacho vou para a rua
A noite toda foi chuva
O vento forte arrancou telhados
Derrubou barracos. Muita gente não crê no que vê
Outros pegam a Bíblia para ler

Perdas materiais incalculáveis, reais
A enxurrada leva a capa de um LP dos Racionais!
É hora de reagir, reconstruir, começar de novo
É onde mora a força do meu povo, ei véi
Moleque de atitude! Chegado! Mano!
Sangue do meu sangue, sangue bom, vamos?
Aposente o cano, periferia segue sangrando.”

Tentamos trazer nas nossas letras as realidades que casas como as nossas não querem encarar no dia a dia. Casas continuam sendo derrubadas por falta de política de habitação decente. As casas continuam alagadas porque não pensamos em uma cidade sensível à água e com soluções baseadas na natureza. Iremos achar que é esta música que incitará a violência?

A violência maior é esse jovem chegar à escola e não haver professor para ele. A violência maior é esse jovem chegar à faixa etária de geração de emprego e renda e não conseguir uma oportunidade e ele ter que abandonar a escola por ter que ajudar em casa a construir renda. Esta é a violência maior: uma violência produzida e formulada por uma elite que quer definir o que é cultura na nossa cidade e definir o que pode ou não ser tocado em nossos espaços. Espaços que nem temos e que nem existem nos nossos territórios!

Por isso, precisamos dizer para o nosso povo... porque a rima do poeta Gog denuncia, e ele chega com as respostas:

“O jogo é jogado, Japão
Os inimigos da periferia são a burguesia e o alto escalão
Só que o nosso time treme na decisão
A semente do ódio plantaram aqui
Nos impede de evoluir e o que se colhe são frutos imundos
Periferia, pare! Respire por alguns segundos
Nosso dia a dia pode ser melhorado
Há várias formas de ser respeitado
Perdão para quem quer ser perdoado
Conviver com adversários, conquistar espaços
Vida longa na periferia, responsabilidade minha, sua.”

Aí, sim, fazer com que esses barulhos e essa violência deixem de ser os sons das ruas.

Está na hora de discutirmos o que está fazendo essas pessoas traduzirem nas suas letras o que elas estão vivenciando na pele, e não criminalizá-las querendo jogar na lata do lixo a produção cultural, porque é isso o que essa elite faz!

Eu quero encerrar, citando o verso de outra música. Eu queria fazer essa fala em um plenário lotado para perguntar de quem é essa letra. A letra diz:

“Atire a primeira
Atire a segunda, iaia
Até descarregar o tambor
Até apagar a luz do ioiô
Até nunca mais,
já vingou.
Atirador, quando compra vingança alheia
Tem que ter veneno na veia
Tem que saber andar no chão de navalha

Atirador tarda, mas não falha.”

Eu quero saber de que *rapper* é essa música? Ela é do Lenine. Nós vamos proibir o *show* do Lenine na capital do país porque a letra que ele está dizendo pode estar incentivando a violência?

Na verdade, ninguém está preocupado com o que vivemos no território e nem com as nossas letras. Isso é só um jogo barato no país inteiro de uma extrema-direita mesquinha que quer definir... Não basta eles quererem definir quem somos, onde moramos, o que podemos ter de privilégio; eles ainda querem definir o que vamos ouvir ou não.

O *funk* e o *rap* chegaram aqui sem rádio pública, sem estar na TV, vendendo discos em lojas e sem precisar de vocês. Então, vocês podem fazer a letra que quiserem. É exatamente na rua, onde crescemos e vivemos, que vamos resistir e seguir denunciando o que o Estado faz diretamente com cada um e cada uma.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE DEPUTADO RICARDO VALE (PT) – Muito obrigado, deputado Max Maciel.

Há um comunicado da presidência.

“Nos termos do art. 114, § 2º e § 5º, do Regimento Interno, informo que não será designada ordem do dia para a sessão ordinária do dia 6/2/2025.

Deputado Wellington Luiz.”

Como não há mais assunto a tratar, declaro encerrada a sessão.

Observação: nas notas taquigráficas, os nomes próprios ausentes de sites governamentais oficiais são reproduzidos de acordo com a lista disponibilizada pelo Cerimonial desta casa ou pelo gabinete do deputado autor do requerimento de realização deste evento.

Todos os discursos são registrados sem a revisão dos oradores, exceto quando indicado, nos termos do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Siglas com ocorrência neste evento:

Aris – Área de Regularização de Interesse Social
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRT – Bus Rapid Transit (Ônibus de Trânsito Rápido)
CCBB – Centro Cultural Banco do Brasil
CCJ – Comissão de Constituição e Justiça
CDDHCLP – Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania e Legislação Participativa
Dema – Delegacia de Combate à Ocupação Irregular do Solo e aos Crimes contra a Ordem Urbanística e o Meio Ambiente
DER – Departamento de Estradas de Rodagem
Ibiam – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal — Brasília Ambiental
Iges – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília
UBS – Unidade Básica de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 07/02/2025, às 08:29, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2006098** Código CRC: **FF5D1832**.

Ata Circunstanciada da 3ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª (TERCEIRA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2025.	
INÍCIO ÀS 15H03MIN	TÉRMINO ÀS 15H39MIN

PRESIDENTE DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Não há expediente sobre a mesa.

Como não se verifica o quórum mínimo de presença, suspendo os trabalhos até que ele se complete.

(Os trabalhos são suspensos.)

(Assume a presidência o deputado Chico Vigilante.)

PRESIDENTE DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT) – De acordo com o § 4º do art. 115 do Regimento Interno da Câmara Legislativa, como persiste a falta de quórum, declaro encerrados os trabalhos.

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 07/02/2025, às 12:28, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2008456** Código CRC: **67408FDE**.

O Diário da Câmara Legislativa do DF
está regulamentado pelos seguintes
instrumentos legais:

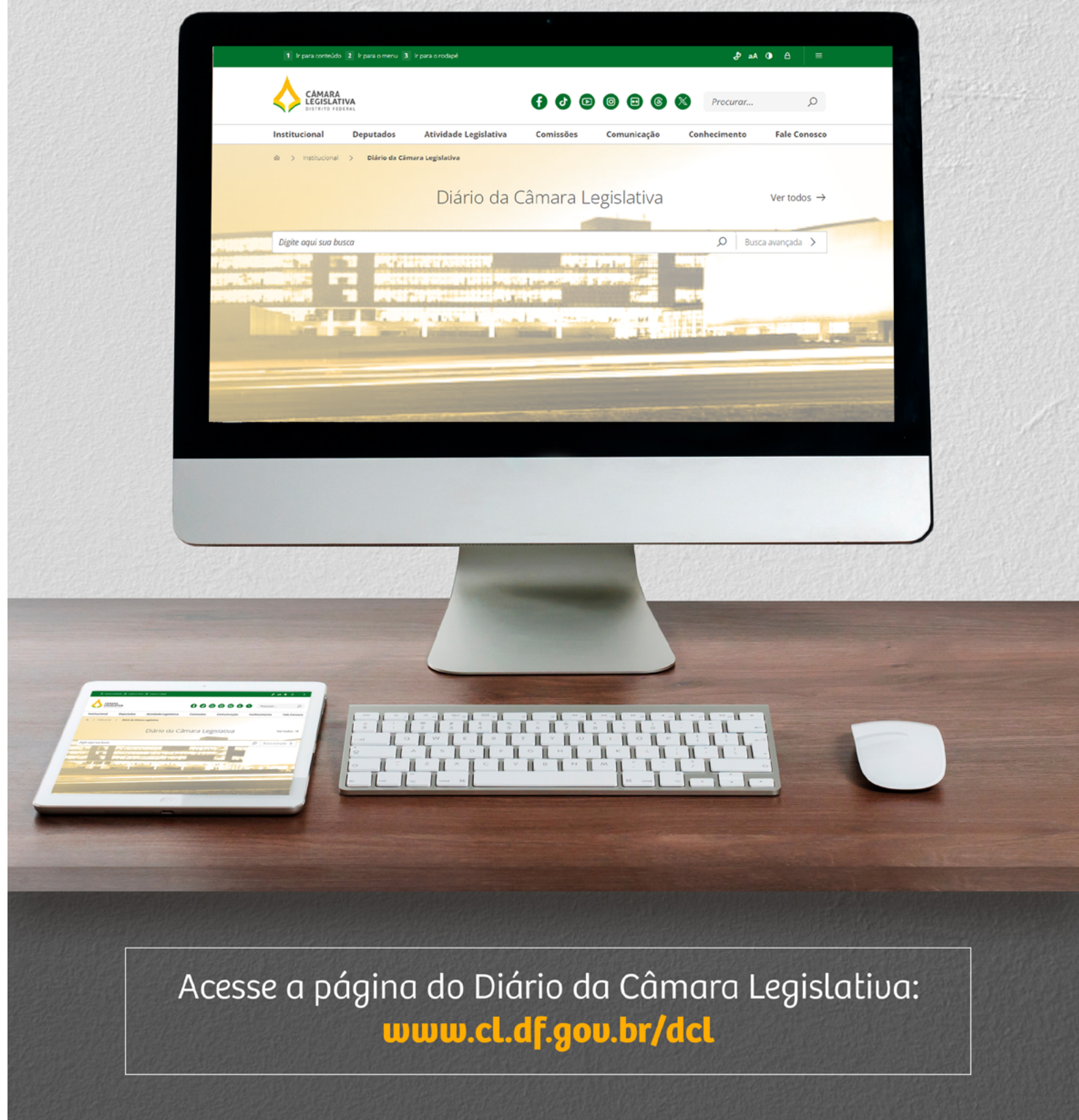
Resolução nº 279
publicada no DCL nº 35 de 25 de fevereiro de 2016.
Págs: 2 a 7

Ato da Mesa Diretora nº 69
publicado no DCL nº 109 de 27 de maio de 2022.
Págs: 20 a 23

Ato da Mesa Diretora nº 27
publicado no DCL nº 62 de 3 de abril de 2007.
Págs: 13 a 16

Ato do Vice-presidente nº 8
publicado no DCL nº 214 de 14 de outubro de 2019.
Págs: 31 a 48

Transparência ao seu alcance:
Conheça a **NOVA PÁGINA DO DCL**
Mais funcional, intuitiva e cidadã.



Acesse a página do Diário da Câmara Legislativa:
www.cl.df.gov.br/dcl

